

DESIGNAÇÕES PARA “PERNILONGO” NAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO GEOLINGUÍSTICO E LÉXICO-SEMÂNTICO

DESIGNATIONS TO “PERNILONGO” IN BRAZILIAN STATES CAPITALS: A GEOLINGUISTIC AND LEXICAL-SEMANTICS STUDY

Daniela Souza Silva Costa¹
Aparecida Negri Isquierdo²

RESUMO: O português do Brasil reflete as influências linguísticas e culturais dos povos que participaram do processo de formação da nação brasileira, em especial no nível lexical. De todas as etnias que entraram em contato com o colonizador, os índios tupis foram os que mais participaram do processo de colonização e expansão do território nacional, perpetuando essa presença por meio da herança indígena tupi – os tupinismos – legada ao repertório lexical da língua, dentre outras, nas designações para referentes ligados à *fauna*. Este artigo discute influências interétnicas no vocabulário dos habitantes de 25 capitais brasileiras a partir de dados recolhidos pelo projeto alib (atlas linguístico do Brasil). O estudo, além de investigar possíveis motivações para o uso dos designativos registrados na língua oral, examinou os dados do ponto de vista etnodialetológico, com vistas a buscar rastros da influência indígena nesse vocabulário. Para tanto, foram tomadas como *corpus* as respostas para a pergunta 88 do questionário semântico-lexical do projeto, que busca designações para o inseto comumente denominado por “pernilongo”. Das 06 variantes registradas, 03 são oriundas do substrato tupi (carapanã, muriçoca e maruim/muruim) com maior produtividade nas regiões norte e nordeste do Brasil, dado que confirma a vitalidade tupi na fala dos habitantes das capitais brasileiras situadas nessas regiões. As outras 03 variantes (pernilongo, mosquito e praga), de base portuguesa, concentram-se no sudeste, sul e centro-oeste. Esses dados confirmam a importância das pesquisas geolinguísticas para a documentação de regionalismos e para a descrição das camadas étnicas formadoras do vocabulário de uma língua.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Projeto ALiB; pernilongo; regionalismo.

ABSTRACT: Brazilian Portuguese reflects the influences from culture and language of peoples who participated of Brazilian nation formation process, especially on the lexical level. From among every ethnicities that had contact with the settler, the tupi peoples were the most important on the expansion and settlement process of Brazil, since colonial period, perpetuating their presence with the tupi legacy – the tupinisms – from among other ones, bequeathed to the Lexicon of the language, like on the designations of fauna elements. This article discusses the interethnic influences in the 25 Brazilian states citizens' vocabulary, from Projeto ALiB (Brazilian Linguistic Atlas Project) data. The study, beyond to investigate the likely motivations for the use of registered designations on the spoken

¹Aluna de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cursando o 4º ano de Letras, bolsista da Iniciação Científica.

² Professora colaboradora no Mestrado em Estudos de Linguagens da UFMS/ Bolsista PQ/CNPq.

Daniela Souza Silva Costa
Aparecida Negri Isquierdo



language of the capitals citizens, assayed the data from ethnic-dialectological view, to looking for trails of indian influence on this vocabulary. This work has as its corpus the registered answers for 88 QSL (Semantics-Lexical Questionnaire) of ALiB, which searches designations to “pernilongo”, the way that this insect is commonly named in many Brazilian regions. 6 lexical items were registered, between them 03 are from tupi substrate (carapanã, muriçoca e maruim/muruim), with major productivity on Northeast and North regions, data that sustains the tupi vitality on the spoken language of this regions people. The other lexical items are from Portuguese base, and had more productivity on Southeast, South and West Centre regions. This information confirms the importance of geolinguistic researches for the regionalisms documentation and for description of ethnic stratum that forms a language vocabulary.

KEYWORDS: Lexicon; Projeto ALiB; pernilongo; regionalism.

Introdução

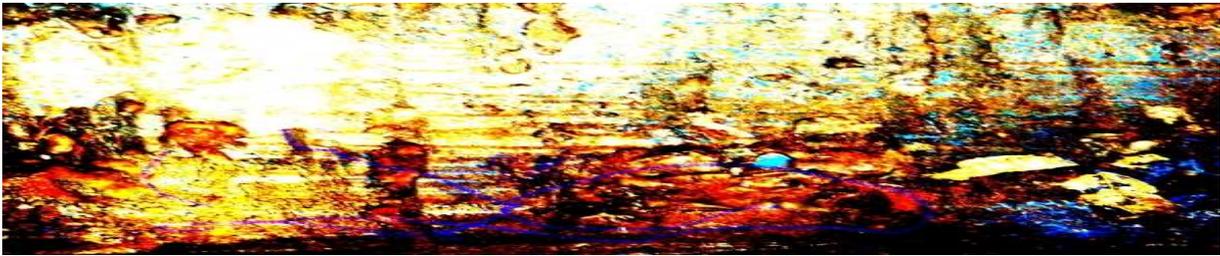
Desde o início de sua história, o homem desenvolve suas habilidades, sua consciência e sua personalidade integrado a um meio social, sendo a língua o instrumento com o qual interage com esse ambiente. Por meio dela, o ser humano nomeia a realidade onde se insere, comunica-se com sua comunidade e com outras sociedades, além de transmitir conhecimentos, hábitos, seu saber e sua essência, enfim.

Dessa forma, a língua torna-se essencial para o homem, o sistema utilizado para exprimir vivências que, assim como os seus usuários, sofre influências do meio ambiente. Motivações extralinguísticas como as influências do ambiente físico e geográfico, fatores étnicos e socioculturais, além de fatos históricos por vezes deixam marcas na língua, expressas especialmente em um de seus níveis: o léxico. Essas marcas podem ser refletidas em mudanças no discurso dos falantes, tais como a criação de novas designações, a atribuição de novos semas para palavras já existentes ou até mesmo resultar no desaparecimento de alguns itens, pois “há sempre uma parte do sistema em vias de formação, outra em vias de desaparecimento e outra perfeitamente acabada. As realizações discursivas refletirão sempre esses fluxos e refluxos do sistema” (BIDERMAN, 1978, p.131).

Concebendo-se, pois, o léxico como o tesouro de uma língua, nível linguístico que armazena as experiências humanas, sejam elas sociais ou culturais, o seu estudo fornece fundamentos para a investigação de realidades, crenças, tradições e costumes de uma dada sociedade, uma vez que “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam” (SAPIR, 1969, p. 49).

Na variante brasileira do português também se registram influências extralinguísticas, que acabam por dar cor local ao idioma nacional, diferenciando-o da língua transplantada pelo colonizador no início do século XVI. Desde o início do Período Colonial (séculos XVI a XIX), a língua portuguesa trazida pelos europeus teve que adequar-se à realidade descoberta com as novas terras: referentes antes desconhecidos, novos hábitos e povos, elementos carentes de designações.

Daniela Souza Silva Costa
Aparecida Negri Isquerdo



Assim, os novos elementos humanos que entraram em contato com os portugueses – os índios que aqui habitavam e posteriormente os negros africanos, trazidos como mão-de-obra escrava – também influenciaram o repertório vocabular do colonizador, visto que todos os componentes de uma língua - seu sistema de sons, seu sistema morfológico e sintático e seu vocabulário, assim como suas estratégias de construção do discurso - mudam no curso do tempo, em consequência de reajustes internos desses sistemas e devido a mudanças na cultura e organização social do povo que a fala e a influências de outras línguas com que ela entra em contacto em determinadas circunstâncias (RODRIGUES. As línguas gerais sul americanas, disponível em http://vsites.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html).

À época do Descobrimento do Brasil, é sabido que havia mais de mil etnias indígenas em solo brasileiro. Porém, dentre esses povos, o que mais ativamente participou do processo de colonização e de expansão do território nacional foram os índios tupi. Vários são os fatores a que se pode atribuir essa hegemonia, dentre outros, o fato de os autóctones terem habitado a costa brasileira, o local de acesso dos portugueses à Colônia, e também de os povos tupis exercerem certa supremacia sobre as demais etnias, sendo a sua língua “a mais importante, a mais falada e funcionava mesmo como espécie de ‘língua segunda’ de certos grupos aborígenes não-tupis” (MELO, 1981, p.41).

Além disso, a língua tupi era a utilizada pelos missionários jesuítas no trabalho de catequização dos gentios, atitude essa que ia de encontro aos interesses da Coroa Portuguesa, que intencionava uma unidade territorial e política na nova Colônia de dimensões continentais, unidade essa que seria alcançada também pelo uso de uma única língua.

Pelo exposto, verifica-se que a língua tupi sobrepujou as demais línguas indígenas e mesmo o português transplantado, posto que as alianças matrimoniais e o concubinato entre brancos e índias aproximaram ainda mais essas etnias, pois os filhos dessas famílias falavam, na quase totalidade, a língua das mães, ficando o uso do idioma da metrópole restrito aos atos civis e aos documentos oficiais da Colônia, como atesta o depoimento do Pe Antonio Vieira, a seguir

é certo que as famílias dos Portugueses e Índios de S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos Índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola. (VIEIRA, 1951 *apud* NAVARRO, 1998, p. 174).

Já firmada como a língua mais falada no Brasil, a língua dos índios tupi, com incorporações do português, denominada Língua Geral, também foi disseminada pelo território colonial, posto ser a língua falada pelos mestiços que compunham as bandeiras (terrestres) e monções (fluviais), expedições que adentravam no interior do Brasil em busca de índios para a escravização e de minérios (ouro, diamante etc), resultando na expansão territorial para além da área determinada pelo tratado de Tordesilhas (1494)³.

³ No final do século XV, a Coroa Espanhola se inseriu na expansão marítimo-comercial dominada por Portugal por quase 100 anos, o que passou a gerar conflitos só dirimidos pela intermediação papal de Alexandre VI, com a assinatura, entre as duas potências, do Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu um meridiano a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Por esse Tratado instituiu-se que, a partir do meridiano, os



Todavia, a consolidação da Língua Geral como idioma oficial do Brasil Colônia não se realizou, haja vista que a Coroa Portuguesa a ela imputou uma possível insubordinação dos jesuítas que a utilizavam para a catequização dos gentios e que já formavam grandes aldeamentos, estabelecendo, inclusive, relações internacionais com outras nações que não Portugal. Com isso, o governo português, por meio de seu primeiro-ministro Marquês de Pombal, baixou um decreto (1759) proibindo o uso do idioma “híbrido” e estabelecendo punições a quem o utilizasse.

Mesmo com esse panorama desfavorável, pesquisas toponímicas e geolinguísticas têm comprovado ainda na atualidade a permanência do substrato tupi na norma brasileira, especialmente em algumas áreas semânticas características do Brasil, como a fauna, a flora, as crenças e os costumes.

Este artigo apresenta resultados de um estudo sobre a questão da presença de tupinismos no português do Brasil, na área semântica da *fauna*, a partir de dados orais documentados pelo Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil em 25 capitais dos Estados brasileiros. Para este estudo, foram selecionadas as respostas fornecidas pelos 200 informantes para a questão 88 do QSL (Questionário Semântico-Lexical) do Projeto ALiB, que busca designações para o “inseto pequeno de pernas cumpridas, que canta no ouvido das pessoas à noite”. A escolha dessa pergunta foi motivada pela produtividade e variedade de designações documentadas para nomear o inseto em questão, como também pelo fato de a distribuição diatópica dessas variantes, além de demarcar claramente áreas dialetais, fornece dados significativos do ponto de vista etnodialetológico.

Apresentação e discussão dos dados

O levantamento dos dados nos inquéritos linguísticos (transcritos e sonoros), como também a consulta a dicionários gerais de Língua Portuguesa – Ferreira (2004) e Houaiss (2001) – e a obras voltadas para línguas indígenas – Sampaio (1928) e Cunha (1998) –, com a finalidade de confirmar a validade da resposta fornecida pelo informante, considerando as características dos referentes nomeados, e a base linguística das designações documentadas, resultaram num montante de 06 variantes lexicais: *carapanã*, *maruim*/*murum*, *mosquito*, *muriçoca*, *pernilongo* e *praga*. Em termos de etimologia, os designativos analisados para este estudo são provenientes de duas bases linguísticas – portuguesa e tupi –, distribuídos na mesma proporção, como ilustra o Gráfico I, a seguir:

espanhóis teriam direito à exploração das terras a oeste e o portugueses, a leste. (Brasil Escola, disponível em <http://www.brasilecola.com/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>).

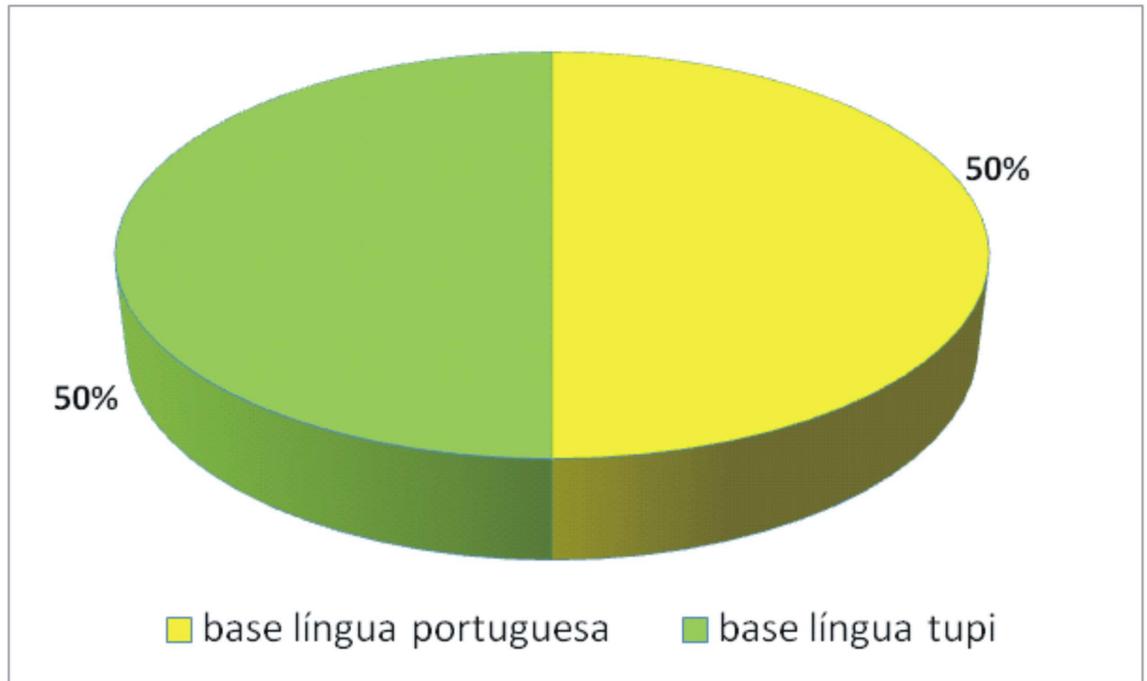
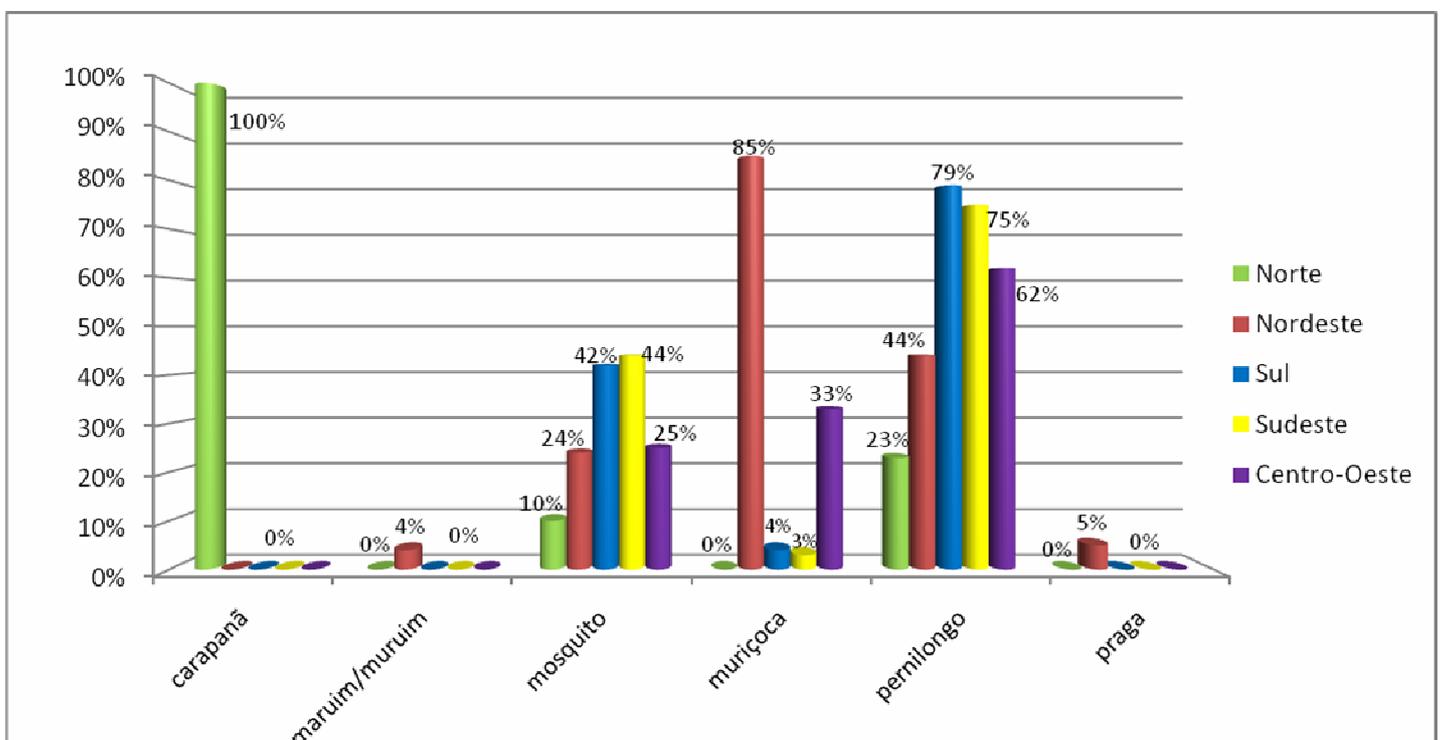


Gráfico I – Distribuição das variantes de acordo com a base linguística

Os dados ilustrados no Gráfico I evidenciam que o substrato tupi permanece vivo em designações de elementos da fauna brasileira, posto que 50% das variantes documentadas são de base linguística indígena: *carapanã*, *maruim/muruim* e *muriçoca*. As demais foram incorporadas ao português, como *mosquito*, *pernilongo* e *praga*.

Essas variantes estão distribuídas de formas distintas segundo a região brasileira. O Gráfico II, a seguir, apresenta essa distribuição diatópica, como também os percentuais de ocorrência de cada variante no âmbito das cinco regiões político-administrativas do Brasil:



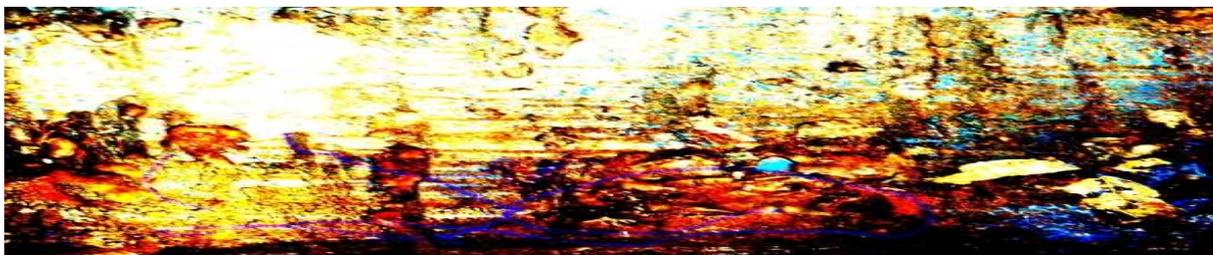


Gráfico II – Distribuição das designações para “pernilongo”, segundo as regiões político-administrativas do Brasil.

Analisando-se o conteúdo do Gráfico II, nota-se que “pernilongo” está se fixando como variante padrão para nomear o “inseto pequeno de pernas cumpridas, que canta no ouvido das pessoas à noite”, uma vez que foi registrada na fala dos habitantes de todas as regiões brasileiras, embora com percentuais distintos de ocorrência entre as regiões Nordeste/Norte e Sudeste/Sul/Centro-Oeste. Salvaguardados os percentuais de ocorrência, fenômeno similar ocorre com a produtividade e distribuição diatópica da forma genérica *mosquito*, fornecida pelos informantes das cinco regiões brasileiras para nomear o inseto em questão. Todavia, fenômeno oposto ocorre com as variantes *carapanã* e *muriçoca* produtivas, respectivamente, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, exceção feita à região Centro-Oeste onde a *muriçoca* está se disseminando, provavelmente em decorrência do grande fluxo de nordestinos que têm se fixado nos Estados dessa região, desde o período do povoamento do Brasil Central.

Ao compararem-se as designações para “pernilongo”, entrecruzando-se suas ocorrências quantitativa e qualitativamente, pode-se verificar tanto uma hegemonia regional de certos designativos, como o movimento de disseminação e fixação das variantes. O Gráfico III, na sequência, busca demonstrar esse movimento em termos de distribuição diatópica das variantes que, por sua vez, evidencia as particularidades observadas quanto ao uso das seis variantes em exame.

Nota-se, por exemplo, que, apesar das influências sofridas pelos habitantes da região Norte em termos de contatos com habitantes das outras regiões brasileiras, em decorrência dos fluxos migratórios, a variante *carapanã* reina absoluta nessa região, não se expandido para as demais regiões, provavelmente porque não tem sido tradição os habitantes da região Norte se deslocarem em grandes levas para as demais regiões brasileiras. Ali ocorre o contrário: a região tem dado guarida a grandes contingentes de brasileiros oriundos de diferentes regiões do País. O mesmo ocorre com *muriçoca* em termos de produtividade, uma vez que foi a com maior índice de ocorrência na fala dos habitantes das capitais do Nordeste. Entretanto, ao contrário do *carapanã*, a *muriçoca* atravessou fronteiras com os falantes nordestinos e está se fixando nas capitais da região Centro-Oeste, onde alcançou um índice de 33% de produtividade.

Já *pernilongo* e *mosquito* não evidenciam esses “picos” de ocorrência, haja vista que mantêm certo equilíbrio, atingindo maior produtividade nas regiões Sul e Sudeste, mas também se fixando no Centro-Oeste e começando a ganhar espaço no Norte e no Nordeste.

Em síntese, os dados do próximo Gráfico confirmam a predominância de *carapanã* no Norte e de *muriçoca* no Nordeste, bem como a distribuição quase uniforme de *pernilongo* nas demais regiões – Sul (79%), Sudeste (75%) e Centro-Oeste (62%). Outro dado observado diz respeito à diversidade lexical presente nas respostas dos informantes nordestinos, uma vez que nessa área geográfica foi registrado o maior número de variantes (05) – *muriçoca*, *pernilongo*, *mosquito*, *maruim*/*muuim* e *praga*.

Esses dados ilustram, enfim, em termos estatísticos, o caminhar das diferentes designações para o inseto tomado como objeto de análise, pelas cinco regiões brasileiras.

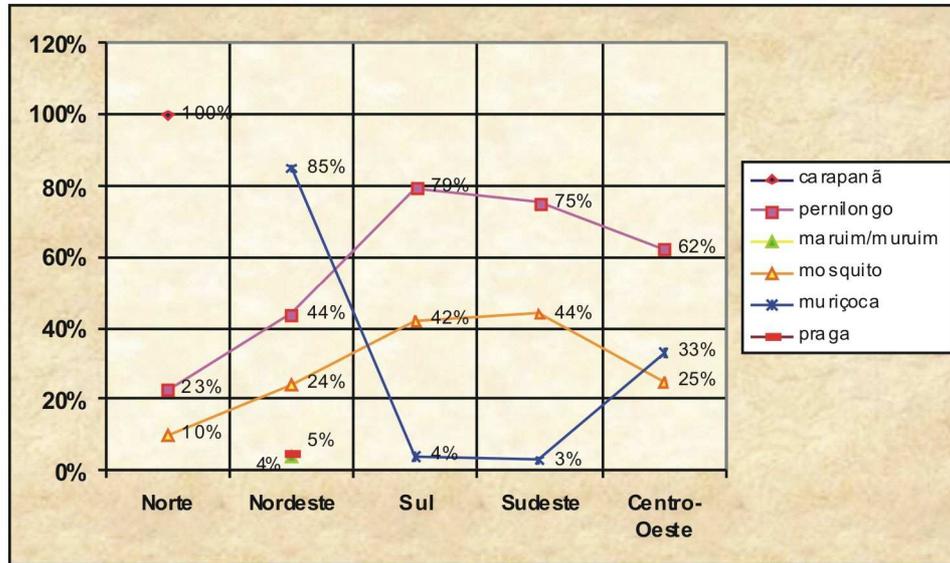


Gráfico III – Fluxo de expansão e fixação das variantes que nomeiam o inseto “pernilongo”, segundo as cinco regiões brasileiras.

A variante mais produtiva no Nordeste (informada por 85% dos entrevistados), *muriçoca*, teve seu registro documentado em todas as capitais nordestinas – Natal, Teresina, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Aracaju, São Luis e Salvador. Por essa vertente, confirma-se parcialmente a marca dialetal atribuída à unidade lexical *muriçoca* por Houaiss (2001) e Ferreira (2004), que a identificam como regionalismo/brasileirismo do Nordeste e de Minas Gerais, isto é, caracteriza-se como regionalismo por ter seu uso singularizado em uma área geográfica específica. Porém, diz-se parcialmente porque esse designativo, nos dados do Projeto ALiB, não possui registro na capital mineira, Belo Horizonte, onde se documentou apenas a variante *pernilongo*.

Os regionalismos podem ter sua origem explicada por diversos fatores, uma vez que a norma lexical da variante brasileira do português

foi se desenhando de forma distinta nas diversas regiões brasileiras, motivada por condicionantes extralingüísticos, como os fatores físico-geográficos que os individualizam, os contatos étnicos que ali se processaram, as atividades econômicas predominantes, enfim, pela história social das várias áreas culturais que foram se formando, nos mais diferentes rincões do Brasil, ao longo da sua história (ISQUERDO, 2006, p.18).

Porém, ao registrar-se também essa variante lexical em regiões diversas daquelas indicadas nos dicionários consultados – Sul (Florianópolis), Sudeste (Vitória) e Centro-Oeste (Cuiabá e Goiânia) –, nota-se a dinamicidade da norma linguística, evidenciada pela disseminação de um termo característico de certa região, no caso da *muriçoca* a região Nordeste, para além de seus limites geográficos, o que, dependendo do raio de expansão e fixação da variante, acaba por desfigurá-la enquanto regionalismo, se for incorporada à norma comum das diferentes localidades para onde foi transplantada.

A Carta Linguística I a seguir demonstra a distribuição diatópica das variantes registradas para designar o “pernilongo”, além de apresentá-las segundo a base linguística.

Daniela Souza Silva Costa
Aparecida Negri Isquerdo

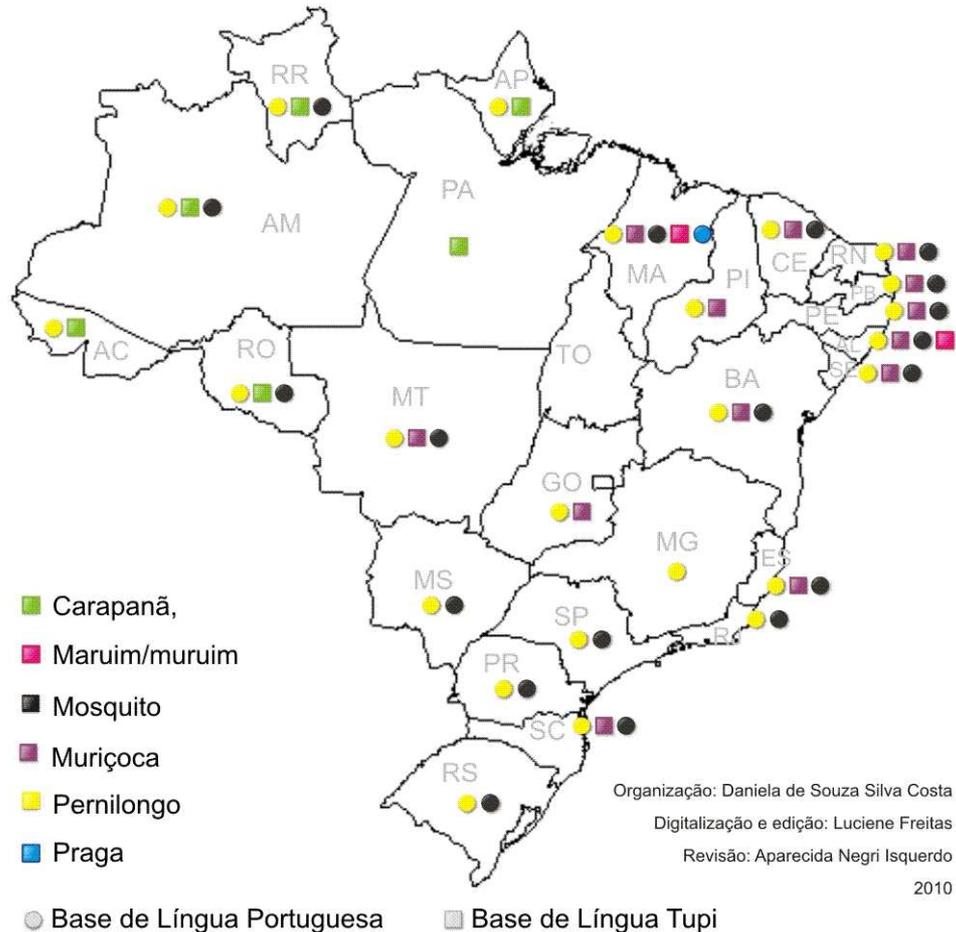


Figura I – Distribuição diatópica dos designativos do “pernilongo”

Observa-se, pela Carta anterior, que o registro de *muriçoca* desenha-se num *continuum* geográfico, partindo do Nordeste para o norte da região Centro-Oeste e leste da região Sudeste, sendo documentada depois apenas em Florianópolis, capital sulista de Santa Catarina.

Ao investigar-se o registro florianopolitano desse item lexical, aventa-se a hipótese de que o *continuum* geográfico verificado no uso de *muriçoca* pode não ter sido desarranjado, uma vez que apenas na fala de um informante catarinense documentou-se a variante em questão, um homem idoso, cuja profissão, militar, pressupõe deslocamentos esporádicos para outras regiões. Essa disseminação da variante *muriçoca* por regiões para além da dicionarizada pode ser atribuída às migrações de nordestinos para todas as regiões do Brasil.

Muriçoca, segundo Cunha (1998), advém do étimo tupi *muri'soka*, sendo definida por esse estudioso como “variedade de mosquito”. Houaiss (2001), por sua vez, nesse verbete, remete o consulente para *mosquito*, variante advinda do espanhol *mosquito*, “diminutivo de mosca” (HOUAISS, 2001), definida como “designação comum aos insetos dípteros, de

**Daniela Souza Silva Costa
 Aparecida Negri Isquerdo**



pequeno tamanho, especialmente os hematófagos da família dos culicídeos, gerando vetores de conhecidas doenças do homem”, unidade léxica sinônima de *bicuda*, *carapanã*, *pernilongo*, dentre outras.

Carapanã, outro tupinismo analisado para este estudo e também representado pela Figura I, foi citado por todos os entrevistados nas 6 capitais nortistas – Boa Vista, Rio Branco, Manaus, Porto Velho, Macapá e Belém. Nessa mesma região apenas outras duas designações para o inseto em questão foram documentadas, com expressiva diminuição nos percentuais de seus registros: *pernilongo* (23%) e *mosquito* (10%).

Nas consultas aos dicionários contemporâneos de língua portuguesa, a variante em questão é apresentada como brasileirismo da Amazônia (FERREIRA, 2004) e regionalismo amazônico (HOUAISS, 2001). Ao ser registrado apenas na fala de habitantes da região Norte, o uso da unidade léxica *carapanã* ratifica a marca dialetal a ela atribuída pelos dicionaristas.

Carapanã, segundo Cunha (1998), advém do étimo *karapa’na* e nomeia a “espécie de mosquitos da família dos culinídeos [...] designação genérica de mosquito”. Para Houaiss (2001) e Ferreira (2004), *carapanã* também designa o “mosquito”.

A última variante de base tupi apresentada na Figura I é *maruim/muruim*. Ambas serão analisadas em conjunto, pois foram consideradas variantes, posto que nas obras lexicográficas consultadas, ao consultar-se *muruim* lê-se *maruim*. Essa unidade lexical, em detrimento das anteriormente analisadas, não representa significativo percentual de registro (4%), tendo sido documentada na fala de três informantes – 1 em Maceió e 2 em São Luis. Porém, seu registro é enriquecido pelas informações lexicográficas do *maruim*. A ocorrência dessa variante corrobora sua definição na obra de Houaiss (2001), que aponta como seu *habitat* os manguezais, ecossistema presente na região Nordeste. Uma informante feminina idosa e de baixa escolaridade, moradora de Maceió – AL, adicionou à designação *maruim* a característica de um inseto “pequeninho que dá na beira da lagoa”.

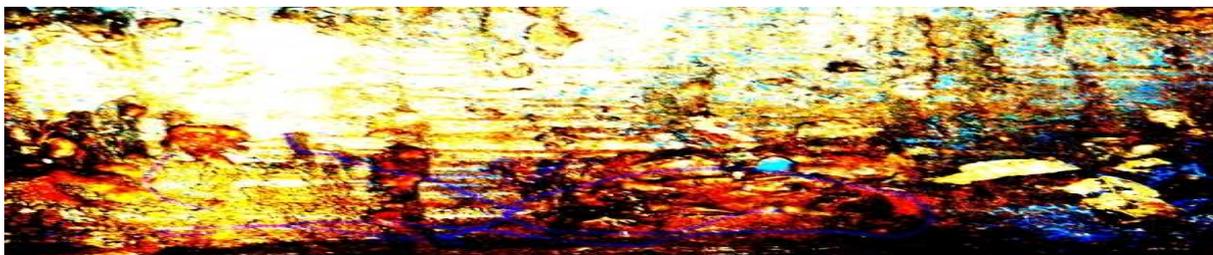
Maruim, segundo Sampaio (1928, p. 281), deriva de *mberuí*, e designa “os mosquitos”, enquanto para Cunha (1998) seu étimo é *Mari’üi*, também tupi, sendo “nome comum a vários mosquitos hematófagos”. Em Houaiss (2001), essa variante é definida como

designação comum a diversos mosquitos da família dos ceratopogonídeos, de até 2 mm de comprimento, cuja ocorrência no Brasil está associada aos manguezais; as fêmeas são hematófagas e transmissoras da filariose ao homem e aos animais domésticos por meio de picadas dolorosas.

Como já assinalado, a designação mais produtiva como resposta para a questão 88 do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB foi *pernilongo*, citada por 101 dos 200 informantes das capitais brasileiras. Esse item lexical foi registrado em todas as regiões político-administrativas do Brasil, prevalecendo em termos de número de registros nas capitais do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e sendo superado, em percentual de ocorrência, apenas nas regiões Norte e Nordeste, onde imperam *carapanã* e *muriçoca*, respectivamente.

Pernilongo é de origem portuguesa, derivada de “pern(i)+ longo” (HOUAISS, 2001), e em ambas as obras lexicográficas de português contemporâneo consultadas na entrada “pernilongo” o consulente é remetido a “mosquito”, assim como no caso de *muriçoca*, a primeira variante designativa do inseto em questão apresentada nesta análise.

A variante *mosquito*, cujos dados lexicográficos foram apresentados anteriormente, também foi documentada nas cinco regiões brasileiras, em 19 das 25 capitais pesquisadas –



ausentando-se em Rio Branco/AC, Macapá/AP e Belém/PA (Norte), Teresina/PI (Nordeste), Belo Horizonte/MG (Sudeste) e Goiânia/GO (Centro-Oeste).

Concluindo a análise dos designativos para o “pernilongo”, registra-se *praga* que, ao lado de *maruim/muruim*, também teve baixo número de registros (04). Essa variante teve sua ocorrência documentada apenas na região Nordeste, sendo informada por 4 maranhenses, 2 homens e 2 mulheres, todos de baixa escolaridade, os jovens e os idosos.

Praga, segundo Houaiss (2001), deriva do étimo latim *plāga,ae*, que significa “golpe, pancada, chaga, contusão, dano, lesão, prejuízo”. A acepção que mais aproxima *praga* a *pernilongo* encontra-se na obra de Ferreira (2004), que o define como “designação comum aos insetos e moléstias que atacam as plantas e os animais”. Já em Houaiss (2001) encontra-se uma definição para o verbete que pode explicar seu uso para designar o inseto hematófago em questão, pois a definição o qualifica como “algo que causa malefícios, que prejudica a paz, a harmonia”.

Pode-se, pois, associar essa característica ao “pernilongo” posto ser ele um inseto incômodo, cujos hábitos alimentares predominante noturnos importunam, perturbam o período de descanso das populações. Como o clima ideal para essa espécie é o quente e úmido, algumas regiões atravessam períodos de infestação desse mosquito, usualmente o verão, porém, o Maranhão sofre com o predomínio dessa condição, haja vista que esse Estado está situado entre duas frentes climáticas: o clima equatorial e o tropical de zona equatorial, ambos caracterizados pelo predomínio das chuvas e altas temperaturas. Essa característica climática pode favorecer a proliferação do “mosquito”, prejudicando “a paz” dos moradores dessa região.

Pelo exposto, pode-se observar que a variante brasileira do português ainda conserva influências do período colonial, como o substrato tupi presente especialmente em seu nível lexical, além de demonstrar também que a mutabilidade, processo contínuo em línguas em uso, desenha novos horizontes para a distribuição diatópica do léxico.

Considerações finais

“Sendo a língua um patrimônio social, preexistente aos indivíduos” (BIDERMAN, 1978, p.12), seu estudo fornece subsídios para a compreensão dos mecanismos vigentes em uma sociedade, posto ser instrumento utilizado pelo homem para expressar seu modo de agir, de pensar e mesmo de ser.

Pode-se concluir, a partir da análise das variantes selecionadas para este estudo, que a presença tupi ainda é marcante no repertório vocabular dos falantes das capitais brasileiras, tendo em vista o *corpus* deste trabalho, onde essa influência esteve registrada na metade das designações documentadas – *carapanã*, *maruim/muruim* e *muriçoca* –, justamente nas regiões que ainda concentram grande contingente de populações indígenas.

Verificou-se também que as regiões político-administrativas do Brasil comportam-se diferentemente em relação às escolhas lexicais de seus habitantes, dada a diversidade de registros, tanto quantitativa, quanto qualitativamente. Exemplo disso é a predominância de determinadas variantes em áreas específicas (*carapanã* no Norte e *muriçoca* no Nordeste), bem como o considerável número de designações registradas numa única região – apenas a região Nordeste forneceu 5, das 6 variantes analisadas: *maruim/muruim*, *mosquito*, *muriçoca*, *pernilongo* e *praga*.



Também pôde ser observada a dinamicidade da língua em uso, ao registrarem-se os usos de algumas unidades lexicais cuja dicionarização aponta para a marca de regionalismo em áreas mais amplas que a registrada (*muriçoca*), e mesmo a associação entre elementos distintos – *praga/mosquito* – casos que podem ser explicados pelo fato de o informante relacionar o referente (mosquito) à sua impressão pessoal (incômodo).

O estudo demonstrou ainda a importância dos atlas linguísticos para a identificação de regionalismos, como foi demonstrado ao longo deste trabalho, em especial pelos gráficos e cartas linguísticas apresentados que ilustram a demarcação de áreas dialetais em termos de variantes léxicas – o *carapanã* no Norte, a *muriçoca* no Nordeste e o *pernilongo* e *mosquito* no Sudeste e no Sul.

A língua oral tem sua importância confirmada para a investigação da variante brasileira do português e mesmo para o entendimento da evolução das línguas, pois

a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é impossível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas. (HJELMSLEV, 1975, p1-2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, Maria Tereza de Camargo. **Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BRASIL ESCOLA. **Tratado de Tordesilhas**. Disponível em <http://www.brasilecola.com/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>. Acesso em 27/02/2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, Versão 5.0, Curitiba: Editora Positivo, 2004.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**, Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Acheugas para a discussão do conceito de regionalismos no Português do Brasil. In: **Alfa: Revista de Lingüística / UNESP** v. 50, n°. 2. São Paulo: UNESP, 2006. p. 9-24.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil** – 4ª ed. Melhorada e aumentada. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Método moderno do tupi antigo: a língua do Brasil nos primeiros séculos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Daniela Souza Silva Costa
Aparecida Negri Isquerdo



RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **As Línguas Gerais Sul-Americanas**. Disponível em http://vsites.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html. Acesso em 15/02/2010.

SAPIR, Edward. **Lingüística como ciência**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Acadêmica, 1969.